

Eu quero dizer o contrário para ele. Se ele conseguir colocar na galeria trabalhadores e trabalhadores que sejam favoráveis a esta reforma golpista, aí ele vai, certamente, ser aplaudido. Mas, ele não vai conseguir. Ele não vai conseguir, porque o conjunto absoluto dos trabalhadores são contrários a essa emenda.

E, eu quero aqui recuperar algumas questões. A primeira delas é a relatoria especial, que eu já falei aqui anteriormente, em outros posicionamentos nesta tribuna, e vou reiterar hoje. Que o presidente Cauê, a quem eu respeito, e quero dizer para ele que essas atitudes, às vezes, presidente, vou fazer aqui um parêntese.

O machismo, ele muitas vezes não é explícito, sobretudo para nós, mulheres que estamos nessa luta há muitos e muitos anos. Às vezes, deputado Enio, ele é muito sutil. Às vezes, o machismo está num olhar.

Às vezes, o machismo está num gesto. Às vezes, o machismo está numa palavra. Portanto, não precisa ser agressivo ao extremo para você entender que nós estamos sendo vítimas de uma cultura machista. E, eu tenho certeza de que as meninas todas aqui, que participaram conosco desta manifestação concordam com esse ponto de vista.

Esse é um ponto. Essa é uma outra discussão. Aqui, então, vamos fazer uma discussão técnica. V. Exa., quando se candidatou a presidente desta Casa, no qual eu votei também, e não tenho problema nenhum em reconhecer isso, V. Exa. disse que não iria colocar a relatoria especial.

E, o que aconteceu? Na primeira dificuldade, a gente tem um relator especial que faz com que esse projeto tramite na Casa a toque de caixa.

E, em um golpe, porque o que aconteceu ontem e anteontem aqui, desde a derrubada da liminar, foi um golpe para que nós diminuíssemos a nossa capacidade de mobilização. Para que nós diminuíssemos, inclusive, a nossa capacidade de criarmos estratégias impedindo que esse projeto seja aprovado.

E vocês viram que, ontem, eles aprovaram o projeto com uma enorme dificuldade. Eles tiveram que utilizar o Regimento da Casa para poder fazer o presidente votar porque, se não, não poderia aprovar o projeto.

Eles não iam conseguir. Ficaram enrolando aqui na tribuna, sendo que essa tribuna foi utilizada por deputados que pouco fazem utilização dela, para ganhar tempo para chegarem outros deputados para votar favoravelmente com o governo.

E, quando a gente diz, aqui, que é troca de favores, a gente sabe que é. A gente sabe que com o Palácio dos Bandeirantes - eu estou no meu quinto mandato - essa é a prática dos governos tucanos. Quando tem projetos que tem dificuldades de serem tramitados, é assim que funciona. É conversa em pé de orelha. É liberação de uma emenda aqui, de outra emenda lá.

Como disse a deputada Bebel, o importante seria que a gente não tivesse esse expediente para poder pautar determinadas votações aqui na Casa, porque aí eu queria ver quem, de fato, tem compromisso com as principais lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

E sabemos, sim, e eu tenho que discordar de oradores que ocuparam isso aqui anteriormente, como o deputado Barros Munhoz, mais uma vez. Ontem eu discordei dele e hoje eu discordo novamente ao dizer que essa reforma vai ser a salvação da lavagem. Não vai ser. Eu sinto muito lhe dizer.

Vossa Excelência sabe disso. Sabe por quê? Porque os 900 milhões que o deputado Carlão Pignatari fala que serão arrecadados e que vão sobrar no caixa do Estado, esses 900 milhões vão ser utilizados para viagens, vão ser utilizados para publicidade. Esses 900 milhões vão ser utilizados para beneficiar os amigos e companheiros do Sr. Governador.

Hoje eu estive no Instituto de Pesca pela manhã. Está caindo aos pedaços. E sabem por quê? Porque esse governo desqualifica, desvaloriza, sucateia para, depois, privatizar.

Eles levantam recursos desse Estado há muitos anos e não conseguem sequer fazer um combate às enchentes. Toda chuva intensa que tem na cidade, como hoje, alaga a cidade. Pessoas acabam perdendo as suas vidas por conta da irresponsabilidade de décadas desse governo tucano.

Aí a deputada Janaina vem dizer que os esquerdistas, que as mulheres esquerdistas, que nós escravizamos as mulheres, que nós escravizamos os negros, que nós escravizamos os mais pobres?

Faça-me o favor. Falta-lhe conhecimento. E quem a senhora pensa que é quando diz que o Partido dos Trabalhadores nunca mais voltará a governar este País? Ledo engano. Se a senhora não sabe a política é cíclica.

A política é importante, sabe por quê? Porque ela não acaba nunca, deputada Márcia Lia. E se, hoje, muitas vezes, a gente perdeu, em outras eleições nós podemos ganhar. Porque é assim que é a política.

O Partido dos Trabalhadores levou muitos anos para chegar ao poder e, quando chegou, diferentemente do que a senhora falou, do que o deputado Carlão Pignatari falou... O deputado Carlão Pignatari criticar o ProUni? O ProUni que permitiu que milhares de estudantes mais pobres pudessem ter um curso superior, deputado Carlão?

Deputado Carlão, por favor, ponha a mão na consciência. Quem abriu as cotas das universidades? Quem permitiu que os filhos dos mais pobres pudessem ser doutores? Quem instalou dezenas de campi de universidades federais espalhados por este País?

Quem que colocou, ampliou e aprofundou o Bolsa Família, que é um projeto importantíssimo de transferência de renda, reconhecido pela Unicef? Quem que instalou o estatuto da igualdade racial?

Quem que colocou políticas públicas para proteger crianças e adolescentes? Quem que colocou a instalação da Secretaria Especial de Direito das Mulheres?

Dizer: "Eu sou contra igualdade de gêneros". Faça-me o favor. Vai aprender. Esses deputados que falam que são contra a igualdade de gênero. Vai aprender o tanto de mulheres que vêm sendo assassinadas neste país. O número de feminicídios não para de aumentar.

O número de violência contra mulheres não para de aumentar. As agressões sobre as mulheres aumentam a cada dia, por conta dessa cultura maldita, machista, que nós temos, e que acaba exterminando e ceifando a vida de milhares de mulheres.

Mulheres que, simplesmente, por um gesto de não querem continuar um namoro, continuar um casamento, são mortas de uma forma torpe, de uma forma brutal.

É isso que a senhora chama de escravização? Como disse o deputado Barba, vocês, que representam a elite, que escravizaram este país. O Brasil foi um dos países onde mais a mão de obra escrava sofreu.

Quando a princesa Isabel - e não foi por bondade dela - assinou a lei, ela o fez porque faltava a mão de obra, e era preciso libertar os escravos, para que eles pudessem ser absorvidos, e nem assim eles foram.

Eles libertaram os escravos e deixaram eles soltos, ao Deus-dará, sem nenhuma perspectiva de futuro. O que este país tem é uma dívida enorme com essa comunidade, que hoje tem 52% da população. A senhora vem me dizer que nós, esquerdistas... Se isso for escravizar... Se lutar para que todos tenham o mesmo direito for escravizar...

Eu não admito isso. Eu estou aqui há muitos anos, lutando pela melhoria da qualidade de vida da população, em especial da população que mais precisa, em especial daqueles que a elite deste país sempre excluiu, que são os pobres, que são os desvalidos, que são as crianças que sofrem abuso, que estão as mulheres que sofrem violência, que são os negros que são discriminados, que é a comunidade LGBTQ, que acaba sendo morta.

Este país é o país que mais mata gays, que mais mata transexuais, e o PT sempre denunciou isso, e o PT sempre colocou políticas para se antes, se contrapor em relação a isso, e muitas delas foram muito bem-sucedidas, com resultados efetivos na redução da violência.

Agora, vem me dizer isso? Muito me admira, deputada Carla Morando, que se utilizou de elementos machistas para nos ofender, que se utilizou de elementos sexistas para nos ofender. Eu jamais poderia deixar de ocupar esta tribuna para trazer aqui a minha indignação.

Eu tenho pena, isso sim, de pessoas que que falam isso. Deveriam conviver com mulheres de luta. Deveria conviver com mulheres que deram suas vidas para que vocês todos estivessem sentadas aqui, para que nós todas pudéssemos sentar aqui.

Porque senão nós não estaríamos aqui. Nós estaríamos ainda arrumando cozinha, encostando a nossa barriga no fogão, parindo filhos. É isso que nós estaríamos fazendo.

É graças a mulheres guerreiras, lutadoras, que vocês estão aqui também. Trabalhadoras, que podem sair das suas casas, que trabalham, que têm liberdade, que discutem com seus parceiros as melhores alternativas para as vidas suas e dos seus familiares, as suas vidas profissionais.

É assim que a gente constrói. Agora, hoje, deputado Paulo Lula Fiorilo, sinceramente, eu nunca vi tanta ofensa assim. Eu estava sentada na minha cadeira aqui e ouvi barbaridades a respeito nosso, que os esquerdistas, que os petistas, que os psolistas... Esses esquerdistas, esses petistas, esses psolistas é que impedem vocês de cometerem as atrocidades que vocês fazem nesta Casa.

Isso sim, ao longo de anos. Somos nós aqui que lutamos, mesmo de forma minoritária, mesmo sendo impedidos de falarmos. Quantas e quantas vezes nos foi negado o direito de direito de falar, o direito de pedir uma comunicação, o direito de pedir uma questão de ordem? Quantas e quantas vezes?

Essa é a grande realidade. Agora vem me dizer que nós somos pessoas do mal. Parece que nós somos amaldiçoados. O deputado Douglas Garcia não cansa de nos ofender. O que é isso? Ele tem que aprender, ele tem muito chão para ele andar, para ele poder chegar no nível nosso de comprometimento com a vida das pessoas.

Isso sim e não de ficar... O outro fica gravando. Tudo que você fala eles gravam para pôr nas redes sociais, para ganhar dinheiro nas redes sociais, para ganhar voto nas redes sociais. Nós não precisamos disso.

Nós temos a nossa capacidade de luta. Nós temos a nossa capacidade de poder enfrentar e olhar olho no olho e fazemos isso de cabeça erguida. Fazemos isso com as nossas convicções porque nós sempre tivemos lado na vida. Nós nunca deixamos de ter lado e esse lado nós vamos levar até o último dia. Eu particularmente e tenho certeza de que a minha banca inteira vai levar até o último dia da nossa vida porque é isso que nos alimenta, é isso que nos dá oxigênio, essa nossa capacidade. E ver vocês aí, nos ajuda ainda mais. Vocês dão o combustível que nós precisamos.

Que vocês continuem conosco e nós vamos continuar com vocês. Não pensem que nós vamos decepçaná-los. Sempre estaremos ao lado de vocês. Sempre votaremos com o interesse maior da classe trabalhadora, dos servidores deste Estado, que são honrados, que são dedicados e que acabam desenvolvendo um trabalho fantástico. É por isso que eles não querem.

É por isso que o governador João Doria, que é um governador privatista, que é um governador que quer ver o Estado reduzido à pó... É por isso que eles querem impor esse tipo de reforma. Não é por dinheiro não. Não venha me dizer. Como disse o Paulinho aqui quando ocupou a tribuna logo no começo da nossa discussão desta noite, o que eles mandam, o que eles descontam das grandes empresas que até hoje nós não sabemos?

A renúncia fiscal que a gente pede, protocolo, vai na Justiça e não sabemos quantos bilhões são deixados de arrecadar e que poderiam ser investidos na Educação, e que poderiam ser investidos na Saúde, na Habitação e em tantas outras áreas de importância para a população paulista.

Portanto, Sr. Presidente, é muito bom a gente fazer uma fala esclarecedora e que tira de nós algo que estava engasgado da nossa garganta. E vamos, companheiros e companheiras. Não vamos desistir dessa nossa luta.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para fazer um comunicado?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Existe um entendimento.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Existe um entendimento, dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Dois minutos. Então havendo o entendimento em ambas as partes passo dois minutos para uma comunicação.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que neste plenário, nessa plateia, nós temos servidores da Educação, servidores da Saúde, servidores do Judiciário, de vários segmentos dos servidores públicos do estado de São Paulo e que todos eles merecem respeito. Merecem respeito pelo digno trabalho que eles cumprem na função que cada um deles tem.

Hoje, de forma muito sutil, policiais me pediram: "Deputada, ajude a gente", porque essa reforma não atende os interesses dos servidores. E quando a gente percebe nesta Casa que ofensas mútuas, ofensas de ambos os lados foram deferidas, que a gente ficou num clima extremamente agitado - todo mundo ficou muito estressado - eu quero dizer que foi extremamente deslegante da parte do deputado Frederico a ofensa que ele fez à deputada Bebel.

E na sequência ele saiu e começou a atirar, fazendo "arminha" contra essas pessoas que estão aqui defendendo os seus direitos. Então, eu quero dizer que, na sequência dessa atitude do deputado, nós tivemos uma correria pelo corredor e nessa correria, numa atitude de riso e de deboche, como é peculiar a alguns deputados jovens que chegaram nesta Casa, começaram a filmar os deputados que estavam ali naquela situação bastante agitada.

E eu fui tentar tirar o celular de um deputado e o deputado - eu não encosteí a mão no deputado... Eu fui pegar o celular do deputado porque é extremamente abusivo você ser filmada contra a sua vontade. Ninguém tem o direito de atingir a sua intimidade. Ninguém tem o direito de filmar você se você não concorda com essa filmagem.

Então, quero dizer que qualquer coisa além disso que estou dizendo aqui é um ato covarde, é um ato mentiroso. Porque não passou de uma tentativa de retirar uma situação extremamente indelicada do deputado que assim o fazia.

Então era só para fazer esse esclarecimento, Sr. Deputado. Porque, quem me conhece, conhece a minha história, sabe que eu jamais agrediria uma pessoa. Sou brava, mas não sou louca. Obrigada. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar a favor do projeto, deputada Janaina Paschoal.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Fazer uma comunicação enquanto a deputada Janaina...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Dei uma comunicação para a deputada Márcia Lia. Passo uma comunicação a V. Exa., deputado Carlão Pignatari, enquanto a deputada Janaina vai. Depois não darei mais comunicações.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, construímos um acordo aqui na Assembleia Legislativa hoje, com todas as bancadas que estavam aqui, os líderes que estavam os deputados, do PSOL, PT, PSDB, PTB, enfim, do Sargento Neri, todos os deputados, para que a gente possa continuar as discussões para tentar fazer alguma melhoria na redação desta PEC. Voltaremos a falar sobre isso apenas no começo de março.

Que amanhã não tenhamos extra. Sei que é prerrogativa do presidente. Mas, se for com a anuência do nobre presidente, que a gente não tenha extra amanhã, nem na quinta-feira que vem, extra. Encerra. E aí encerramos a discussão do projeto e votamos apenas no dia 3, na terça-feira, para que a gente possa votar a discussão desta PEC de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando, deputado Carlão, que para encerrar a discussão do projeto, é necessário que não existam inscritos. Então não depende de mim.

Com a palavra a deputada Janaina Paschoal.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputada, a senhora me permite? Dois minutinhos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pode? Posso conceder aparte, Excelência? Por favor.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Carlão, fui informada desse desenho dessa proposta. Fui até o plenário. Tenho esse cuidado. Então a gente votou. E votou exatamente para isso, para voltar dia 3, e a gente encerra a discussão, e volta dia três. Esse foi o acordo. Muito obrigada.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Um aparte, deputada Janaina?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Por favor, Excelência.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Está contando o tempo dela. Todo mundo está falando, e eu não posso falar? Eu queria me dirigir ao presidente, deputado Cauê, e fazer um registro muito importante. Hoje o senhor sofreu desde o início da sessão. Todos presenciamos isso. (Manifestação nas galerias.)

Agora, o senhor sofrer pela prerrogativa que o senhor tem como presidente da Casa, é até legítimo. Mas, atacarem a figura do seu pai, um homem que teve sete mandatos nesta Casa, e quatro mandatos como deputado federal, não merecia ter o seu nome colocado aqui e utilizado da forma que foi utilizado.

Então eu queria só deixar esse registro aqui em respeito ao seu pai e em respeito ao papel que o senhor exerce no terceiro mandato, e como presidente desta Casa pela segunda vez. Coisa que vai ficar na história desta Casa.

Então, pelo respeito que temos a você, que o seu pai foi presidente desta Casa, então, que haja respeito, tanto com a sua pessoa, como a pessoa do seu pai.

Obrigado, deputado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Solicite a oportunidade de falar porque entendo que, até por uma questão de justiça, um esclarecimento com relação ao texto final que está em votação, foi votado em primeiro turno ontem, será votado em virtude do acordo no dia 3 de março, segundo turno.

Mas, apenas por uma questão de justiça, é muito importante deixar muito claro que várias categorias estiveram aqui na Casa. Foram recebidas por vários deputados. Eu mesma participei de diversas reuniões com o intuito de melhorar o texto que chegou do governo. Não foi fácil o debate. Não foi fácil conquistar essas melhoras.

O que estou sentindo, pelos e-mails, pelos "whatsapps", pelas manifestações que recebi hoje, que alguns colegas receberam também, inclusive, muitas vezes, de maneira muito agressiva.

Eu acho que os representantes das categorias que estiveram aqui e que pediram o que foi colocado aqui neste texto não estão explicando de maneira adequada para os seus representados que o que está aqui foi solicitado.

Então, é muito importante dizer que o texto que veio do governo não trazia de maneira clara a garantia do direito adquirido. Todas as categorias que vieram, em todas as reuniões de que participei, a solicitação da inclusão do direito adquirido como garantia foi feita.

Nós batalhamos muito, porque o pessoal da SPPrev que veio aqui não queria. Nós conseguimos incluir. Todas as categorias que estiveram aqui pediram que fosse mantido o texto constitucional vigente de que, quando o funcionário pede aposentadoria e o governo, por qualquer razão, não consegue processar, passados 90 dias, esse funcionário está liberado.

Nós fizemos emendas, foram vários colegas... Quando digo "nós" não sou eu, não. "Nós." Foi um trabalho construído por aqueles que se dispuseram a sentar e debater, ou seja, a participar, a trabalhar. Nós conseguimos incluir isso aqui no texto.

Então, assim, é importante que isso fique claro, especificamente com relação às carreiras policiais. Eu até, nesta tarde, fiz um contato com o presidente da Associação dos Delegados.

Ele esteve conosco, com vários deputados. Eu falei: "Doutor, o senhor precisa deixar claro para a categoria que o senhor representa que muito do que está aqui foi solicitação da associação, porque, da maneira como estamos sendo atacados, parece que nós criamos isso aqui, mas nós estamos atendendo solicitação".

Então, vou mostrar o texto que veio do governo. Quando tratava dos policiais, previa que tinha que ficar cinco anos no cargo efetivo em que fosse concedida a aposentadoria. Pois bem, nós votamos ontem um texto em que essa exigência caiu. Essa exigência caiu apenas para policiais civis, policiais técnico-científicos e funcionários da SAP. As outras categorias não conseguiram esse benefício.

Pois bem, hoje recebi emails de policiais dizendo: "Doutora, lute para tirar essa exigência". Eu falei: "Não é possível!". Nós votamos ontem. A exigência caiu.

Então, é muito importante deixar claro para os representados que as associações vieram aqui, foram ouvidas, foram atendidas várias vezes e nós lutamos pelo que foi pedido, mas vou além.

Não são só os cinco anos, não. Além de a gente colocar no texto a garantia do direito adquirido, conseguimos colocar expressamente que aqueles profissionais que ingressaram na polícia antes de 2003 terão a integralidade e a paridade garantidas.

Eu pergunto: que outra categoria conseguiu isso? E por que é que estamos sendo atacados? E por que a deputada Graciela teve parentes constrangidos?

Então, isso precisa ser dito. Vejam bem: só o que estou pedindo é a transparência. Podem discordar, podem entender que reforma nenhuma haveria de ser feita, mas não é possível desprezar o trabalho coletivo feito por esta Casa.

O governo mandou um texto duríssimo e nós, em união, vários partidos, inclusive colegas representantes da Polícia Militar, lutaram arduamente ao lado dos representantes da Polícia Civil pela Polícia Civil.

Então, não pode. A maneira como a coisa está sendo passada para os representados é injusta. Conseguimos, ficou no texto final um parágrafo tirando, tratando da porcentagem para aposentadoria e o líder do Governo assumiu um compromisso de, no PLC, voltarem os 80 por cento.

Que categoria conseguiu isso? Nenhuma. Várias categorias vieram aqui pedir para a gente batalhar pela possibilidade de migração para o sistema complementar. Nós fomos, as equipes, dizer que nós queríamos fazer isso já. Mas o texto não veio contemplando esse direito.

O líder do Governo - me corrija se eu estiver mentindo - disse que virá, e eu presenciéi isso em várias reuniões. Um projeto de lei específico para possibilitar a esses muitos profissionais que estão rogando por esse direito de poderem migrar para o sistema complementar.

Virá um texto específico para esta finalidade. Por óbvio, os colegas que lutaram para colocar esse direito aqui vão votar favoravelmente. Então... Eu estou no tempo. Todo mundo falou, ué. É brincadeira.

Então, é necessário fazer esses esclarecimentos, porque colegas estão sendo atacados, estão sendo constrangidos de maneira injusta. Quando o deputado Olim subiu aqui ontem e fez aqueles esclarecimentos - é importante.

Eu chamei as associações e falei: "Espera aí, não é justo". Quer dizer então que agora que está tendo ataque todo mundo está calado? Tem que dizer claramente que isso aqui foi resultado de pedidos que foram atendidos a muito custo. A muito custo.

Então, nós conseguimos o direito adquirido no texto constitucional; conseguimos a garantia da liberação passados 90 dias; conseguimos derrubar os cinco anos; conseguimos integralidade e paridade até para quem entrou em 2003. E isso tudo não vale nada?

Então, podem discordar, mas discordem sabendo o que está aqui. Eu não admito que as pessoas digam: "Ah, mas o texto...". Todo deputado tem capacidade de ler e pode conhecer o texto, e pode debater o texto. O texto foi disponibilizado para todo mundo ontem.

Então, é muito importante que esses esclarecimentos sejam feitos. Por que fiz questão de falar, presidente? Porque vamos ficar 10 dias sofrendo ataques e ameaças. Inclusive, houve orientação aqui na tribuna para as pessoas irem para a frente das casas dos colegas.

E infelizmente tem uma colega aqui dentro que já está sofrendo isso. Nós precisamos esclarecer, porque senão serão 10 dias, presidente, de ameaças e ataques. Não é justo. Não é justo, porque nós trabalhamos para atender à solicitação das categorias.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Parabéns, deputada Janaina.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, deputada Leci Brandão. (Ausente.) Deputado Marcio Nakashima. (Ausente.)

Encerrada a discussão. Com a palavra o deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presidente, havendo acordo de lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só para registrar, deputado Carlão, que houve um acordo de todos os líderes - só para a gente deixar tudo esclarecido - de que nós, com o encerramento da discussão da PEC, retomaremos esse processo de discussão no dia três de março. Todos os líderes estão de acordo com o acordo firmado entre os líderes? Havendo acordo de todos os líderes, então, está levantada a sessão. \* \* \*

- Levanta-se a sessão às 23 horas e 48 minutos. \* \* \*

## 20 DE FEVEREIRO DE 2020 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** GILMACI SANTOS
**Secretaria:** CARLOS GIANNAZI

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LECI BRANDÃO
Discorre acerca da votação da reforma da Previdência estadual, nesta Casa, em 19/02. Lamenta episódios de agressão envolvendo parlamentares, neste plenário. Acusa a mídia de responsabilizar a oposição pelos ataques. Tece críticas à postura do deputado Frederico d'Ávila, na noite de 19/02. Lembra samba-enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira.
3 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Endossa o discurso da deputada Leci Brandão.
4 - MAJOR MECCA
Disserta sobre a atuação da Polícia Militar. Afirma ser a categoria desvalorizada. Critica agressões envolvendo parlamentares desta Casa, em 19/02, durante a votação da reforma previdenciária estadual. Assevera que a PEC 18/19 deve prejudicar policiais militares. Tece críticas à matéria.
5 - CARLOS GIANNAZI
Faz coro ao discurso do deputado Major Mecca sobre a reforma da Previdência estadual. Afirma que a matéria deve prejudicar professores. Discorre sobre audiência pública, de sua iniciativa, realizada em 19/02, que tratara do descrcredenciamento de uma escola para crianças autistas, no Campo Belo.
6 - CONTE LOPES
Discursa sobre a votação da reforma da Previdência estadual, nesta Casa. Rememora caso de agressão em escola pública, na zona oeste, envolvendo alunos e policiais. Tece críticas ao pronunciamento do governador sobre o episódio. Comenta ataque ao senador Cid Gomes, no Ceará. Defende o funcionalismo público.
7 - CORONEL TELHADA
Informa ser hoje comemorado o Dia da Justiça Social. Repudia agressões durante discussão de projetos, neste plenário. Defende a Polícia Militar. Critica a iniciativa do senador Cid Gomes, que tentara entrar em um batalhão da Polícia Militar com uma retroescavadeira, no Ceará. Declara voto contrário à reforma da Previdência estadual.
8 - CARLOS GIANNAZI
Acusa o Departamento de Perícias Médicas de obrigar professores a atuarem com a saúde fragilizada. Exibe vídeo de educadora da Escola Estadual Julieta Caldas Ferraz, em Taboão da Serra, que teria desmaiado durante o expediente. Mostra fotos de alojamento na Escola Estadual Doutor Kyrillos, no Butantã. Combate o sucateamento de escolas estaduais. Tece críticas ao secretário da Educação, Rossieli Soares.
9 - JANAINA PASCHOAL
Discorre acerca de sua visita, acompanhada do deputado Arthur do Val, à escola bilingue Emebs Helen Keller, na Aclimação. Acrescenta que a instituição atende alunos com deficiência auditiva. Defende o ensino de matérias em Libras. Declara-se favorável ao ensino da Língua Brasileira de Sinais no magistério.
10 - CORONEL TELHADA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
11 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão. \* \* \*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos. \* \* \*
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Carlos Giannazi para ler a resenha do expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente deputado Gilmaci Santos, nós temos duas indicações: uma do deputado Jorge Caruso e uma outra da deputada Damaris Moura. Está lida a resenha do expediente.